



PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR
TEMPO DETERMINADO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

1 Posto de Trabalho

Assistente Técnico – Área da Cultura

Ata n.º 4

*Ata de apreciação de reclamações apresentadas em sede de audiência de
interessados*

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezassete, reuniu o Júri do procedimento concursal comum para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público (RJEP) por tempo determinado, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Técnico, para a Área de Cultura e Turismo da Divisão de Desenvolvimento Social do mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

O Júri é composto pela Presidente do Júri, Margarida Rosa Custódio Mota, Técnico Superior – Área Biblioteca e Documentação, pela 1.ª Vogal Efetiva, Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira e pelo 2.º Vogal Efetivo, Joaquim Manuel Simão Gonçalves, Técnico de Informática, tendo deliberado o seguinte:

Foi apresentada uma reclamação em sede de audiência de interessados, por parte dos candidatos excluídos na fase de Audiência de Interessados, de acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, pelo que se procedeu à apreciação das mesmas:

A candidata Ana Isabel de Freitas Bizarro, através de email que se encontra anexo, não tendo usado o formulário tipo de utilização obrigatória para o Exercício do Direito de Partição de Interessados, veio referir que: *"Exmos Senhores, / Em resposta à vossa carta de 27/07/2017, venho por este meio expressar a minha intenção de manter a minha candidatura ao lugar de Assistente Técnico, solicitando a V.Excias a aceitação do formulário correcto para o efeito. / Junto envio o formulário tipo disponível no site da autarquia. / Peço deferimento, / Ana Isabel de Freitas Bizarro"*

O júri apresentou a sua decisão, no sentido de considerar que os pressupostos de intenção de excluir a candidata continuam a verificar-se dado que a candidata não



apresentou, na altura do envio da candidatura ao procedimento concursal, formulário tipo de utilização obrigatória, disponível no site deste município, conforme consta no ponto 9.2 do aviso de abertura publicado no Diário da República, nem apresentou a sua alegação no formulário tipo de utilização obrigatória, também disponível no site deste município, "Exercício do Direito de Participação de Interessados". A junção, nesta fase, do formulário tipo de uso obrigatório do Município considera-se extemporânea, pelo que se indefere a presente reclamação.

O júri deliberou notificar a candidata nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, da presente deliberação e notificar os restantes candidatos excluídos da exclusão definitiva ao presente procedimento concursal.

Mais deliberou manter a lista de candidatos admitidos e excluídos.

Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser lida e assinada pelos elementos do júri.

A Presidente do Júri,

A 1.º Vogal Efetiva,

O 2.º Vogal Efetivo,